



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DOCUMENTO SÍNTESE DO
FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR (FNES)

Brasília, 24 a 26 de maio de 2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1 – PREPARAÇÃO AO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: DO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA ÀS CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES	05
1.1 – AS CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR AO FÓRUM - BREVE ANÁLISE	05
2 - FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DAS MESAS.....	06
2.1 – MESA 1: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E FLEXIBILIZAÇÃO DE MODELOS DE FORMAÇÃO	06
2.2 – MESA 2: ELEVAÇÃO DA QUALIDADE E AVALIAÇÃO	08
2.3 – MESA 3: COMPROMISSO SOCIAL E INOVAÇÃO	09
3 - FUNDAMENTOS E CONVERGÊNCIAS DAS PROPOSTAS	10

INTRODUÇÃO

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) do Brasil, com o apoio da Secretaria de Educação Superior, organizou em Brasília, entre 24 a 26 de maio de 2009, o Fórum Nacional de Educação Superior (FNES).

O FNES foi realizado com o objetivo de difundir as diretrizes da Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe¹ (CRES 2008) no país, tornando-a conhecida da comunidade acadêmica local, e de coletar subsídios à participação da delegação brasileira na Conferência Mundial de Educação Superior em 2009 (CMES/2009). O Fórum objetivou, ainda, destacar aspectos da política de Educação Superior para contribuir em outros dois eventos importantes para o debate sobre a estrutura e organização da política educacional brasileira: a Conferência Nacional de Educação (CONAE) e o encontro para revisão das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2011-2020 - ambos em 2010.

Visando mobilizar associações e entidades acadêmicas e científicas de educação (em especial, de educação superior) a participar e localizando o debate regional e nacional, a Comissão Organizadora elaborou um Documento de Referência, colocado no sítio do FNES no início de fevereiro de 2009². Este documento apresentava o histórico e o foco das discussões da CRES 2008 e indicava como eixos articuladores do Fórum: (i) Democratização do Acesso e Flexibilização de Modelos de Formação; (ii) Elevação da Qualidade e Avaliação; (iii) Compromisso Social e Inovação.

Após a publicação do Documento Referência, as entidades de ES foram chamadas a fazer contribuições por meio de uma Chamada Pública, posicionando-se e apresentando proposições aos eixos – ou seja, superando diagnósticos e apontando possibilidades/perspectivas de encaminhamento de políticas. A metodologia adotada permitiu o envio de contribuições por escrito à Comissão Organizadora do FNES até 15 de abril, para apreciação

¹ Em junho de 2008 foi realizada em Cartagena de Índias a Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES 2008), por convocatória do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC) da UNESCO. Nesta ocasião a comunidade de ES e a representação oficial de governos de 34 países da América Latina e Caribe debateram as mudanças estratégicas na Educação Superior da região, com foco em seus desafios de: compromisso social, pesquisa estratégica, educação para todos e para toda a vida e integração regional.

² O Documento de Referência, a programação detalhada do Fórum Nacional de Educação Superior, as palestras ministradas em cada uma das mesas e diversas outras informações relacionadas ao evento encontram-se em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12478&Itemid=770

e publicação em sitio do evento. Com a transferência da data de realização do Fórum, de abril para maio de 2009, este prazo foi ampliado para 15 de maio.

A sessão de abertura do FNES contou com a participação do Diretor do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC/UNESCO), Prof. José Renato de Carvalho, que destacou os desafios para a ES na região apontados na CRES 2008, bem como as principais questões em debate na CMES 2009. As demais sessões foram organizadas em Mesas que focaram os eixos já descritos, com o seguinte formato: um coordenador (membro da CES/CNE), que introduziu o tema e presidiu os trabalhos; um palestrante e um debatedor – escolhidos por sua competência e experiência (acadêmica e/ou de gestão) na área. Após a apresentação de cada mesa, o público presente participou dos debates elaborando perguntas por escrito.

No final do evento, a sessão de encerramento contou com as contribuições e apreciações do diretor da União de Universidades de América Latina e Caribe (UDUAL); do Presidente da UNESCO no Brasil; dos Presidentes do CNE e de sua Câmara de Educação Superior; além da Secretária de Educação Superior/SESu.

Faremos a seguir uma síntese das contribuições do Fórum Nacional de Educação Superior, efetuadas nestes três dias de evento, ao debate brasileiro sobre Educação Superior. Ele foi organizado da seguinte forma:

- (i) Breve síntese das contribuições enviadas a Comissão Organizadora do FNES pelas entidades de ES em preparação ao evento;
- (ii) Síntese das principais contribuições efetuadas nas Mesas, apontando convergências e posicionando o debate brasileiro em relação a CRES 2008;

1 – PREPARAÇÃO AO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: DOCUMENTO DE REFERÊNCIA ÀS CONTRIBUIÇÕES DAS ENTIDADES

1.1 – As contribuições das entidades de educação superior ao fórum - breve análise.

A comunidade acadêmica atendeu à chamada da CES/CNE para contribuir com os debates do FNES em duas etapas. Na primeira, até meados de abril, foram enviadas à Comissão Organizadora do Fórum 22 contribuições de entidades. Com a alteração na data de realização do evento, a Comissão ampliou o prazo até 15 de maio. Com isso, houve um total de 29 contribuições, configuradas segundo o quadro abaixo³:

QUADRO 1 – Entidades com Contribuições ao FNES 09

CARACTERÍSTICAS das ENTIDADES	CONTRIBUICOES
Profissionais	02
Associações Sindicais e Estudantis	06
Associações Acadêmicas e Científicas	03
Associações, Conselhos e Comissões de Ed. Superior	10
Instituições de Educação Superior	08
TOTAL	29

Quanto aos **eixos de articulação dos debates**, a maior partes das contribuições concentrou-se no primeiro: Democratização do Acesso e Flexibilização de Modelos de Formação. Muitas manifestaram princípios ou abordaram temas e questões de relevância para a ES no país, mas considerando demandas que lhes são específicas.

Quanto ao **Conteúdo das Contribuições**, o foco principal esteve no debate nacional sobre ES permitindo maior aproveitamento destas contribuições quando da organização, pela CES/CNE, de subsídios e contribuições para o debate interno a ser realizado na CONAE e na revisão do PNE.

³ A relação destas entidades, assim como a íntegra das contribuições enviadas por meio eletrônico, estão em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13631&Itemid=982 .

2 - FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DAS MESAS E ENCAMINHAMENTOS

O tema “NOVAS DINÂMICAS DA ES E DA PESQUISA PARA A MUDANÇA SOCIAL” possibilita o debate sobre alterações nos sistemas educativos e investigativos em direção à sociedade do conhecimento, analisando novas formas de aprendizagem e de produção, gestão e aplicação do conhecimento. Mas, para além disso, permite colocar em xeque a contribuição e o papel dos sistemas e instituições de ES em suas tarefas de transmitir, produzir e disseminar conhecimento com compromisso e responsabilidade social. Ou seja, atento aos desafios globais e de construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Isso implica pensar a ES em sua tarefa de promoção do desenvolvimento econômico e, principalmente, social. Traz como meta, portanto, a necessidade de direcionar as mudanças que vêm sendo empreendidas no sentido de construir sistemas e instituições de ES que promovam a equidade e a ampliação dos mecanismos de inclusão social, sem abrir mão da qualidade da formação. Neste contexto, também as estratégias de internacionalização da ES e ampliação de redes acadêmicas, assim como os novos modelos e possibilidades de aprendizagem, pesquisa e inovação, devem atuar no sentido da pertinência social.

O FNES do Brasil foi articulado tendo por base estes princípios e desafios, que influenciaram a escolha dos três eixos de organização. O foco dos debates será descrito a seguir de forma sintética⁴, com destaque às sugestões de ação.

2.1 – MESA 1: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E FLEXIBILIZAÇÃO DE MODELOS DE FORMAÇÃO

O principal desafio da ALC na ES é a expansão com qualidade e inclusão. No Brasil, apesar da taxa de crescimento nos últimos anos, o número de matrículas em instituições privadas ainda é de 70% e não atinge sequer 20% da população entre 18-24 anos. Além disso, no país a exclusão assume uma configuração específica: há cursos de alta demanda (como alguns da área de Saúde e diversas Engenharias) onde a desigualdade social se manifesta de forma mais explícita.

A desigualdade e a exclusão têm razões sociais e externas à ES. Mas, ainda que haja limites claros para intervenção das IES, há uma situação específica onde se pode e deve

⁴ Ver em anexo (ou no [sítio do FNES...](#)) as relatorias de cada uma das mesas, com uma descrição mais ampla.

intervir: a qualidade da formação na escola pública. A democratização do acesso na ES passa pelo aumento de condições de progressão e aproveitamento de estudos com qualidade de estudantes de baixa renda em escolas públicas de ensino fundamental.

Cabe destacar que não se trata de implementar políticas que contraponham investimentos em ES (estratégica para o desenvolvimento de todos os países do mundo, em especial os da ALC) ou Ensino Fundamental, mas, sim, de reforçar a responsabilidade e do Estado com relação à qualidade deste nível de ensino, assegurando os recursos que lhe são necessários. Deve-se zelar por adequadas condições de infra-estrutura e recursos didáticos das escolas e, fundamentalmente, por mecanismos claros de valorização dos professores.

No sentido de reforçar a atuação e compromisso das IES com o ensino fundamental foram destacados: (i) a qualidade da formação dos professores de ensino fundamental das escolas públicas: propor a revisão dos currículos e evitar a profissionalização imatura; (ii) a melhoria da qualidade do ensino de ciências nas escolas: as condições e princípios básicos de vida cidadã no século XXI passam pelo domínio de conceitos científicos, ausentes na maior parte das crianças. O conhecimento sobre ciências e o estudo em grupos deve estar presente desde a formação na Educação Infantil.

No âmbito das ações internas e próprias às instituições de educação superior na promoção da inclusão destacam-se:

- (i) revisão do sistema de ingresso: evitar que o vestibular seja uma barreira na formação de um estudante. Na perspectiva das ações afirmativas, estão em andamento diversas experiências (bem sucedidas) de valorização de estudantes de escola pública;
- (ii) apoio de estudos: instaurar mecanismos que assegurem a apreensão de uma base de conhecimentos e de ferramentas que permita a progressão e aproveitamento dos estudos;
- (iii) novos modelos institucionais e trajetórias curriculares: permitir maior flexibilidade no desenho curricular, assim como o planejamento de estudos pelos alunos; revisão das áreas curriculares, permitindo uma formação acadêmica menos disciplinar; ampliação de cursos de curta duração;
- (iv) ênfase em formação científica e tecnológica e geral que fundamente a atuação cidadã: possibilitar a inclusão de pessoas com diferentes perfis e percursos profissionais e pessoais, deixando a profissionalização para uma etapa posterior;

- (v) ampliação do uso de novas metodologias e recursos pedagógicos: educação a distância, TICS, além de oficinas e tutorias.

2.2 – MESA 2: ELEVAÇÃO DA QUALIDADE E AVALIAÇÃO

A implantação de políticas que assegurem a qualidade das atividades acadêmicas e dos processos formativos tem trazido as políticas e os mecanismos de avaliação para o centro da agenda da ES em todo o mundo. No Brasil, a avaliação vem sendo entendida tanto como *promoção de qualidade*, ao interrogar sobre os sentidos da formação em ES e o conceito de sociedade que fundamenta a missão e a prática na instituição, quanto como fundamento para mecanismos de *regulação*, na ação do poder público ao estabelecer normas de organização e funcionamento das instituições.

Há consenso de que sem avaliação não é possível ampliar o acesso, a continuidade de estudos e tampouco produção de ciência e tecnologia com qualidade. Mas, embora as primeiras experiências do país com avaliação remontem à década de 1980 e a pós-graduação tenha um sistema consolidado, na graduação os avanços ainda são poucos em face das características e desafios do sistema: garantir princípios de qualidade socialmente referenciados; consolidar uma cultura de aperfeiçoamento institucional; diminuir as assimetrias regionais e institucionais, articulando diferentes níveis de ensino (horizontal e verticalmente) e sistemas (federal e estaduais); propiciar a interação com outros países, gerando critérios de equivalência de diplomas.

As apresentações e o debate desta mesa tiveram por foco as formas de promover e assegurar a qualidade das atividades e processos formativos no interior das instituições como expressão do seu compromisso social. Nesta perspectiva foi destacada a necessidade de construir um modelo que, ao invés de gerar competição (e exclusão) entre atores e IES, promova cooperação e ampliação do seu potencial:

- (i) elaborar e privilegiar indicadores de qualidade social, assim como procedimentos avaliativos capazes de mensurar a **inclusão**: no acesso, permanência e conclusão de estudos; na democratização dos espaços acadêmicos; na participação dos atores sociais nas IES etc.
- (ii) no âmbito institucional, enfatizar a auto-avaliação como forma de promoção de qualidade e, no âmbito do sistema (qualidade dos cursos e das IES), os processos

- e condições de formação oferecidas aos estudantes - não o produto ou o desempenho do estudante;
- (iii) utilizar diferentes instrumentos avaliativos, capazes de gerar uma visão abrangente da instituição e do sistema;
 - (iv) fazer da avaliação instrumento de gestão e proposição: na difusão de boas práticas; na elaboração de políticas vinculadas ao desenvolvimento de prioridades institucionais e nacionais

2.3 – MESA 3: COMPROMISSO SOCIAL E INOVAÇÃO

Pensar a instituição acadêmica no séc. XXI como um espaço de equilíbrio entre qualidade, equidade e pertinência social implica romper com a tradição de escolas cerradas em si mesmas e, também, com o discurso mais recente de que a inovação ocorrerá a partir da aproximação com o Setor Produtivo. Uma universidade comprometida socialmente é espaço de educação de cidadãos de um mundo de desigualdades e injustiças; de pessoas em condições de encontrar seu lugar no mercado de trabalho e produzir, mas, também responsáveis pelo mundo e sociedade onde vivem e comprometidas com a causa pública.

Nessa perspectiva, pensar a universidade do séc. XXI envolve uma reforma universitária por dentro, capaz de aproximar a instituição acadêmica da sociedade. Fazer com que instituições, agendas de pesquisa e programas acadêmicos (de graduação e pós-graduação) estabeleçam nova dinâmica de relacionamento com os atores sociais, onde o princípio do *bem público* seja capaz colocar o potencial de formação e produção de conhecimentos e serviços em prol da realidade da comunidade, sem descuidar da preservação da memória e a cultura.

No Brasil, assim como em toda a ALC, as demandas pela superação das desigualdades são tão relevantes quanto as de inserção da economia no padrão produtivo contemporâneo. Trata-se de um contexto em que o compromisso social das IES com a ciência, tecnologia e inovação (CTI) adquire enorme importância pela necessidade de promover alternativas de crescimento econômico, ao mesmo tempo em que desenvolvimento humano e sustentável.

A construção de um modelo institucional com este princípio foi o foco dos debates desta mesa. Como pano de fundo, havia a capacidade das IES promoverem a reversão do *gap* tecnológico dos países da ALC em relação aos países centrais, assim como o conhecimento

compartilhado no continente. Como centro, a possibilidade de novas práticas e arquitetura institucional a partir da “desnaturalização” da desigualdade e da exclusão social no país.

A construção da “universidade socialmente relevante” seria possível a partir da:

- (i) criação de políticas de atendimento a demandas de grupos específicos e regiões com baixos indicadores sociais;
- (ii) tomada da extensão como centro das políticas acadêmicas, redefinindo linhas de pesquisa e programas de ensino;
- (iii) introdução, na formação acadêmica, de atividades curriculares junto à comunidade e ao entorno da instituição, rompendo a tradição de aulas com “transmissão de conteúdo” que não estimulam e propiciam a transposição de conceitos e a reflexão sobre a realidade social. Seria o “*estágio social obrigatório*” por meio de projetos globais e institucionais.
- (iv) superação de modalidades tradicionais ou convencionais de cooperação assimétricas e unilaterais, promovendo a formação de pesquisadores e produção de conhecimento com base em uma agenda comum sobre temas prioritários para a região ALC;
- (v) revisão da agenda brasileira de educação, a fim de evitar falsas dicotomias entre Educação infantil e Pós-graduação e aumentar a densidade do conhecimento e da capacidade de formulações estratégicas, acelerando o tempo histórico (que o enorme percentual de excluídos não precise esperar um século para ter uma vida digna).

3 – FUNDAMENTOS E CONVERGÊNCIAS DAS PROPOSTAS

Em primeiro lugar, cabe destacar que embora, nas apresentações e debates das mesas, o posicionamento dos participantes nem sempre tenha sido convergente, em todas elas foram consenso os princípios defendidos para a educação superior na Conferência Regional de Havana em 1996, na Conferência Mundial de 1998 e reafirmados na última CRES 2008, ao considerarem:

- a educação como direito social e universal, como bem público, com a convicção de que a Educação Superior tem papel estratégico na promoção de processos de desenvolvimento sustentável dos países da região.

- o direito à educação não deve estar restrito a uma única etapa de formação, não existindo uma oposição entre Educação Básica e Educação Superior. Ao contrário, cabe efetivar um sistema orgânico entre os diferentes níveis do processo educativo, promovendo sua interação e articulação;
- a necessidade de articulação da Universidade com os demais níveis de ensino e, fundamentalmente, com a sociedade, como dimensão necessária ao trabalho acadêmico. Particularmente nos países latino-americanos e caribenhos, com dificuldades históricas de promover o desenvolvimento econômico e social, a dissociação entre as instituições de educação superior e estas instâncias produz como conseqüências a desigualdade, a exclusão histórica de pessoas, de grupos sociais e de países.
- a excelência acadêmica (ou qualidade) e pertinência são conceitos interdependentes: não há excelência acadêmica sem que esta seja acessível a sociedade; não há pertinência social sem difusão da excelência. Em outras palavras: não podem os países ter universidades de estatura em meio à desigualdade social, nem fugir do subdesenvolvimento sem um investimento contínuo em matéria de conhecimento e promoção da qualidade.

Os debates do FNES foram pautados, na maior parte do tempo, por questões nacionais e temas que envolvem a reestruturação interna das IES. No entanto, o consenso quanto aos princípios enunciados acima indicam uma diretriz inequívoca de política, onde: (i) cabe ao Estado assumir a tarefa de promover a ES não apenas como direito, mas como necessidade social; (ii) as IES devem ter como referente de qualidade a sociedade, não o mercado; (iii) qualidade e inclusão são sinônimos de pertinência social.

As perspectivas que se abrem a partir do FNES são muitas. No âmbito da CMES 2009, permitirá ampliar e articular o olhar brasileiro para além das fronteiras nacionais de regionais, buscando parceiros e formas de avançar no processo de cooperação solidária, atenta à dinâmica e identidade dos diferentes países e interessada na produção de conhecimento de forma partilhada.

No âmbito interno, permitiu um primeiro esforço de reunir e elaborar as questões chave da ES no país sugestões que, de forma mais elaborada, serão utilizadas na realização do PNE e da CONAE, em 2010.